

Usos da indignação

* 7 NOV 1993

MÍRIAM LEITÃO

Duvidei da minha primeira e rápida leitura, por isso voltei ao começo do parágrafo. De fato, o dado estava lá. Mesmo assim no dia seguinte, consultei de novo a revista "Foreign Affairs" e reli o artigo de Jorge Castañeda, no trecho em que ele analisa os usos e costumes da campanha presidencial no México.

O presidente Carlos Salinas, disse ele, abriu este ano a temporada de caça ao financiamento da campanha com um jantar oferecido aos 30 mais ricos empresários mexicanos. Cada comensal retribuiu ao gentil convite com uma doação de US\$ 25 milhões para financiar os gastos do PRI com o candidato. Não, você não leu errado: cada empresário foi convidado a pagar US\$ 25 milhões para ajudar a manter no poder um partido que está lá cravado há 65 anos. São portanto, US\$ 750 milhões. Nem PC, com todo o seu furor arrecadatório, chegou a isso. Antes da eleição, pelo menos.

Bem menos espantoso, mas igualmente digno de nota, é o escândalo Packwood no Senado Americano. Há dias, em Washington não se fala noutra coisa que não nos diários de Bob Packwood, senador republicano por Oregon. Processado pela comissão de ética sob a acusação de bolinar reiteradamente as funcionárias da casa, o senador revida ameaçando dar publicidade às 8.200 páginas do seu diário. Nele constam relatos de casos amorosos, formação de fundos eleitorais e relacionamento com lobistas — não apenas do autor, mas de vários de seus colegas. O Senado parou pelo temor da divulgação de histórias apimentadas demais para a moral americana.

Uma pesquisa acadêmica sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo nos Estados Unidos traz várias

provas de fisiologia e barganha na elaboração do Orçamento americano. O presidente Johnson, por exemplo, conduzia pessoalmente as liberações ou bloqueios de verbas, de acordo com o grau de apoio do parlamentar à sua política. Certa vez, num coquetel na Casa Branca, ele perguntou ao senador Frank Church, democrata de Idaho, onde estava encontrando suas idéias contra a guerra do Vietnam. "Em Walter Lippmann", disse Church, referindo-se ao famoso articulista político. Johnson concluiu: "Da próxima vez que você precisar de uma barragem em Idaho, fale com Walter Lippmann."

As informações sobre México e Estados Unidos servem menos para detestar vizinhos e mais para pôr em perspectiva o que se passa no Brasil. Não inventamos a fisiologia, não descobrimos a corrupção, não temos a patente das contribuições ilegais. Estamos, isso sim, demonstrando extrema coragem nesse doloroso processo de virar pelo avesso as instituições.

O momento é tão rico em chances quanto em perigos. O primeiro risco é o das conclusões erradas. Como houve negociação na Comissão de Orçamento, há quem possa concluir que o melhor é proibir o Congresso de palpitar sobre gastos públicos. Parece lógico, não fosse o fato de que isso já tentamos. Nos governos militares, o Executivo fazia imperialmente o Orçamento e ao Congresso restava rejeitar ou aprovar. Nesse tudo ou nada, com censura à imprensa e clones sentados nas cadeiras de senadores, todos foram aprovados, mas nem a esse preço o país ficou livre das negociatas, do favorecimento. Apenas os desconheceu. Os militares tiveram também suas empreiteiras e disso ficaram vestígios nos balanços das empresas.

Outro risco é o de condenar como igualmente espúrios o processo de negociação entre Executivo e Legislativo e as negociatas lotéricas entre

os anões do orçamento e os gigantes da construção pesada. A definição de "envolvido" tem sido imposta a toda pessoa que, na afirmação de José Carlos Alves dos Santos, "sabia" do "esquema". E ele mesmo parece fazer uma deliberada confusão entre saber que havia negociação entre Executivo e Legislativo por um Orçamento consensual e saber que deputados recebiam propinas de empreiteiras para aprovar emendas do interesse delas. Uma coisa é o rito democrático, que pode e deve ser aperfeiçoado. O outro é o crime que o Brasil lamenta, condena e há de punir.

A confusão entre os dois atos favorece o crime. Uma acusação assim tão extensa, confusa e sem critério produz perplexidade no primeiro momento e descrédito no segundo. A avalanche acusatória que às vezes se abate sobre o país parece nos conduzir a uma leitura invertida de um princípio do direito: todos parecem culpados até prova em contrário. O desafio neste momento é manter intacta a capacidade de se indignar, ao mesmo tempo em que se preserva o senso de Justiça.

Sem o equilíbrio da análise madura, chegaremos à pior das conclusões erradas: a de que todos os políticos são corruptos, a de que o Congresso só cria gastos inúteis, de que toda negociação é uma potencial negociação. Teses assim generalizadas conduzem aos caminhos que trilhamos sem nos livrar de um só dos nossos problemas. Ao contrário, acumulamos, sobre mazelas conhecidas, as feridas da repressão e do arbítrio.

A democracia está mostrando que só ela tem as virtudes da purificação. Exibe os problemas com uma crueza que choca no primeiro e inevitável passo do caminho da cura. Sem ela, nossa indignação pelo escândalo no orçamento seria mais um grito parado no ar.

Míriam Leitão é colunista de opinião do GLOBO.

ESTAL TODO TERREIRO DO GLOBO